



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS



DECRETO Nº 067/2024, DE 02 DE MAIO DE 2024.

“Dispõe sobre a concessão de Benefício de ESTABILIDADE ECONÔMICA, à Servidora do Município de Cocos-BA, e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCOS – Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as competências que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, fundamentado no art. 18 da Lei nº 583/2010, de 22 de outubro de 2010, Decreto Nº 044/2015, e demais ordenamentos jurídicos pátrios, e

Considerando o PAD nº 101/2022, de 10/03/2022, da servidora **Eliene Ribas da Silva Santos**, no qual requer, com fundamento no art. 18, da Lei nº 583/2010, o benefício da Estabilidade Econômica,

Considerando que o benefício foi requerido por servidora ocupante de cargo efetivo, tendo se submetido a concurso público na forma prevista pelo art.37, II da Constituição da República,

Considerando que o benefício é privativo dos servidores concursados, na forma expressamente prevista pelo caput do art.18 da Lei Municipal n. 583/2010,

Considerando a instauração da Comissão Processante instituída pela Portaria nº 029/2022, de 07 de julho de 2022,

Considerando que foram cumpridas todas as etapas e averiguadas a legalidade do requerimento pela Comissão Processante,

Considerando o Parecer favorável do Departamento Jurídico nº 037/2023, de 13 de fevereiro de 2023,

Considerando que a Comissão instituída para apurar o direito de receber o benefício da Estabilidade Econômica optou pela concessão do referido benefício à servidora requerente,



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS



Considerando que, em virtude da exoneração do cargo de provimento em comissão conforme disposto no art. 2º no Decreto nº 044/2015, de 16 de outubro de 2015, o servidor (a) beneficiário (a) terá automaticamente concedida a sua estabilidade econômica vinculada como vantagem pessoal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida à Sra. **Eliene Ribas da Silva Santos** brasileira, maior, Servidora Municipal, cargo efetivo de professor, matrícula nº 2951, após a sua exoneração do cargo de provimento em comissão, a **ESTABILIDADE ECONÔMICA**, nos termos do art. 18 da Lei 583/2010, e do Processo Administrativo nº. 101/2022, de 10/03/2022, passando a integralizar seus **vencimentos/salários**, para fins Trabalhistas e Previdenciários a partir da presente data.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 02 de maio de 2024.

Marcelo de Souza Emerenciano
Prefeito Municipal